

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

A CONTABILIDADE NO PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS

Belo Horizonte
2017

A CONTABILIDADE NO PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS

Trabalho apresentado a todas as disciplinas,
como requisito parcial para obtenção de nota
no curso de Ciências Contábeis da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais.

SUMÁRIO

A- 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho envolve assuntos relacionados com finanças pessoais, finanças familiares e aspectos históricos que contribuíram e contribuem para a atual situação do uso pessoal e familiar das fontes de renda. Correlacionando as diversas áreas do conhecimento para a formação e atuação do profissional de Ciências Contábeis, é apresentado o conteúdo de cada assunto descrito.

Como estamos vivendo na Era do Consumo que se originou no período Pós Revolução Industrial, nunca se consumiu tanto como nos últimos tempos. Mesmo com todas as adversidades econômicas pelas quais estamos imersos atualmente, como as altas taxas de impostos, enxugamento dos salários e demissões em massa, o consumidor não se intimidou e continuou a esbanjar devido as facilidades que o mercado oferece.

Nos dias de hoje, devido à facilidade encontrada para se adquirir um bem, muitas pessoas acabam ultrapassando os seus limites financeiros e conseqüentemente, acabam adquirindo inúmeras dividas e, o que era barato, pode sair bem mais caro.

A fim de compreender como esses elementos podem estar relacionados com a Contabilidade, desenvolvemos este trabalho para auxiliar a todos que com disciplina e doses de conhecimento contábil, financeiro e histórico, é possível sempre conciliar a renda com os gastos e as despesas.

B- 2 CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 No mundo

A origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registros do comércio. Inicia-se no mundo antigo, período em que começa as primeiras civilizações. Deixando a caça, o homem voltou-se a organização da agricultura e pastoreio. À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar suas posses.

Está conectada às primeiras manifestações da necessidade social de proteção a posse e de perpetuação dos fatos ocorridos com o objetivo material de que o homem sempre dispôs para alcançar seus fins propostos. A organização econômica acerca do direito do uso do solo acarretou em separação, rompendo a vida comunitária, surgindo divisões e o senso de propriedade. Assim, cada pessoa criava sua riqueza pessoal.

As primeiras escrituras contábeis datam do término da Era da Pedra Polida, quando o homem consegue fazer seus primeiros desenhos e gravações. Os primeiros controles eram estabelecidos pelos templos, o que perdurou por vários séculos.

Assim, pode-se observar que o homem se viu uma necessidade de controlar seus bens, e a contabilidade utilizada auxiliava o controle a fim de mensurar a riqueza acumulada pelo homem.

A partir do século XVIII, a contabilidade cria sistemas de registros nacionais para o controle de bens, surgindo então, as partidas dobradas. Em 1494 foi publicado na Itália o **Tractatus de Computis et Scripturis**. Seu autor, frei Luca Pacioli, é considerado o 'pai' da Ciência Contábil moderna.

Segundo Padoveze (2016), "A grande inovação da obra de Pacioli foi a introdução de escrituração contábil denominado de 'Método das Partidas Dobradas'. Sabe-se, contudo, que não foi o frei Luca Pacioli o 'inventor' do método. A grande importância da obra de Pacioli está, outrossim, em reconhecer esse método como o ideal para a escrituração, além de que em sua obra há toda uma preocupação de sistematizar os conceitos e o instrumental contábil para registro e controle de um patrimônio".

No período de 1500, quando o Brasil foi descoberto, chegaram entre outras pessoas os provedores da fazenda que também intitulavam o cargo de contador. A

partir deste momento Cartas Régias passaram a regulamentar os princípios contábeis instituindo cargos e funções na administração das fazendas.

Segundo, o Site Só Contabilidade:

“A regulamentação do exercício da profissão contábil apareceu em 1770, e quando a família real veio para o Brasil iniciou-se o ensino contábil com a aula intitulada "Aula de Comércio da Corte". A Associação dos Guarda-Livros da Corte é a mais antiga instituição profissional e cultural da ciência contábil no Brasil”.

A era comercial da civilização foi um momento importante para dar à Ciência Contábil a relevância cabível como uma ciência fundamental para a humanidade e imprescindível para regulamentar as relações da sociedade. A Revolução Industrial, sistematizando o artesanato, deu os elementos para tornar definitivamente a Ciência Contábil como a Ciência do Controle do Patrimônio.

2.2. No Brasil

Quando Sarney, após o término da Ditadura Militar (1964-1985), assumiu o governo, em 1985, o quadro econômico era menos grave do que nos anos anteriores. Pesquisadores apontavam para o exemplo de recessão de 1981-1983, quando o país regredira com elevado custo social e a inflação não chegara a baixar significativamente.

Segundo o livro de Bóris Fausto (1995):

“No dia 28 de fevereiro de 1986, Sarney anunciou ao país o Plano Cruzado. Os preços e a taxa de câmbio foram congelados por prazo indeterminado e os aluguéis, por um ano”.

Um problema sério era o do desequilíbrio das contas externas provocado por um impulso nas importações. Esse impulso decorria do fato de que a moeda nacional se fortalecera, embora artificialmente, sem a contrapartida das exportações e do ingresso de capital estrangeiro.

Quando em novembro se realizaram eleições, o Plano Cruzado já fracassara, mas isso ainda não era perceptível para o grande público. Passadas as eleições, os aumentos adiados de tarifas públicas e dos impostos indiretos contribuíram para que a inflação explodisse. O governo brasileiro suspendeu por tempo indeterminado o pagamento de juros referentes à dívida externa de médio e longo prazo. Com esses fatos Fausto escreveu em seu livro:

“As medidas recessivas tiveram um alto custo social, refletido visivelmente nos índices de desemprego, sem conseguir reequilibrar o país. Não por acaso, a década de 1980 foi chamada de década perdida. Nesses anos, o conjunto dos brasileiros, principalmente os assalariados, se tornou mais pobre”.

Infelizmente, após esse episódio, os fatos não deram lugar ao otimismo. A inflação cresceu a níveis assustadores, fazendo o Brasil o campeão latino-americano da inflação e um dos primeiros colocados no plano mundial. Por sua vez, setores organizados da sociedade, que se supõem representativos, não demonstraram ter capacidade ou interesse em promover um pacto social que ajudaria a tirar o país de uma situação difícil.

No livro História do Brasil, Bóris (1995) opinou:

“O Brasil perdeu terreno no nível socioeconômico, nos últimos doze anos, mas ainda mantém a vitalidade. Escrevendo em meados de 1993, espero que a difícil tarefa de recuperar o país se viabilize e não se converta em uma missão impossível”.

A política econômica do denominado Plano Real, procurando apontar os rastros que conduziram ao seu sucesso inicial e ao seu fim em 1999. Em especial discute as principais causas das dificuldades encontradas para uma reversão sustentável das condições do Balanço de Pagamentos e das finanças públicas após as mudanças desencadeadas no modelo de estabilização adotado com o Plano Real.

Segundo o artigo Plano Real: Auge e Declínio de uma Política Econômica:

“No final de 1993 começou a ser implantado o plano mais engenhoso de combate à inflação já utilizado no país. Após uma série de tentativas fracassadas de planos heterodoxos na Nova República, o Plano Real conseguiu reduzir a inflação e mantê-la sob controle durante longo período de tempo”.

Desta forma, não parecia se tratar apenas de obter a estabilidade de preços, mediante a utilização clássica da âncora cambial. Mas também de colocar em andamento um projeto de desenvolvimento liberal.

A implementação do plano, por sua vez, encontra um contexto especialmente favorável, permitindo ao Brasil a condição de doador de poupança a de receptor de

recursos financeiros, transição possível graças à deflação da riqueza mobiliária e imobiliária observada já no final de 1989 nos mercados globalizados.

Os dois últimos problemas seriam que a inflação no Brasil se mantém alta, pois o país investe pouco. Quando se investe muito, a inflação se mantém baixa. No Brasil, quando a economia cresce um pouco, a inflação explode, devido aos muitos gargalos de abastecimento e infraestrutura na economia.

Além disso, o Brasil teve o problema de sua dívida crescer rapidamente nesta década. Quando a dívida de um país aumenta muito rápido, num período curto de tempo, esse país sempre fica em apuros, ou há queda brusca no crescimento ou surge uma crise financeira.

C- 3 SOCIO CULTURAL

Para explicarmos melhor sobre como são as finanças pessoais vão ser explicados 4 (quatro) conceitos externos importantes.

Desemprego

Pessoas Físicas e famílias têm diferentes níveis de renda e de gastos, bem como diferentes crenças, valores e formas de organizar e alocar os recursos.

Inflação

É um processo em que se observa o aumento dos preços dos produtos e serviços, às vezes sem uma causa aparente. Grande parte das pessoas tem rendimentos fixos (ex: salários, pensões, rendas de aluguel, ...) que não acompanham, automaticamente, o aumento dos preços dos produtos fazendo com o dinheiro perca o seu valor e com que a segurança e a estabilidade financeira fiquem comprometidas.

Juros

Os juros são expressos em percentuais e no tempo, também conhecidos como Taxa de Juros.

Câmbio

Câmbio é a operação de troca de moeda de um país pela moeda de outro país.

Nas finanças pessoais, todas as decisões financeiras de fatores internos (sejam de consumo ou de investimento), acabam sendo carregadas de fatores emocionais, crenças e crises.

Sendo assim, podemos adentrar, novamente, em uma época que a população brasileira sofreu, em suas finanças.

Sarney convocou a população para colaborar na execução do plano (Plano Real) e a travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação. O congelamento de preços teve um profundo eco na população, que não podia acompanhar os complicados andamentos da economia e preferia acreditar nos atos de vontade de um dirigente.

Um problema sério era o do desequilíbrio das contas externas provocado por um impulso nas importações. Esse impulso decorria do fato de que a moeda nacional se fortalecera, embora artificialmente, sem a contrapartida das exportações e do ingresso de capital estrangeiro.

Segundo Bóris Fausto, “as pesquisas mostram que o Brasil passou por uma grande transformação entre 1950 e 1980. O país se urbanizou, teve elevados índices de crescimento econômico e houve avanços no plano social em vários aspectos”.

“As medidas recessivas tiveram um alto custo social, refletido visivelmente nos índices de desemprego, sem conseguir reequilibrar o país. Não por acaso, a década de 1980 foi chamada de década perdida. Nesses anos, o conjunto dos brasileiros, principalmente os assalariados, se tornou mais pobre”.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho resultou de vários fatores. Dentro eles, devemos destacar o grande crescimento econômico – de que resultou a maior oferta de empregos – acompanhado do incentivo ao consumo e o aumento das desigualdades sociais.

Infelizmente, após esse episódio, os fatos não deram lugar ao otimismo. A inflação cresceu a níveis assustadores, fazendo o Brasil o campeão latino-americano da inflação e um dos primeiros colocados no plano mundial. Por sua vez, setores organizados da sociedade, que se supõem representativos, não demonstraram ter capacidade ou interesse em promover um pacto social que ajudaria a tirar o país de uma situação difícil.

“O Brasil perdeu terreno no nível socioeconômico nos últimos doze anos, mas ainda mantém a vitalidade”. Escrevendo em meados de 1993, espero que a difícil tarefa de recuperar o país se viabilize e não se converta em uma missão impossível.

D- 4 FINANÇAS FAMILIARES

De um ponto de vista pragmático, o dinheiro é necessário para qualquer coisa que envolva o usufruto individual ou do coletivo familiar de bens materiais, alimentação, vestuário, educação e até mesmo a saúde.

Nota-se que o planejamento das finanças familiares é quase um desconhecido dentre a maioria das famílias brasileiras, e isto, é independentemente da classe social e do orçamento de cada uma delas. Por menor que seja este orçamento, é necessário definir prioridades para que não haja nenhum imprevisto caso alguma adversidade venha bater-lhe a porta.

Toda família tem a incumbência de perfazer suas próprias necessidades na medida sempre que cabível. O compromisso de administrar as finanças da família deve ser compartilhado entre todos aqueles que possuem maturidade suficiente para contribuir e auxiliar nos deveres, despesas e obrigações, com uma atitude de convicção e sinceridade. A sabedoria na administração financeira pode prover a segurança e promover o bem-estar familiar.

Executar o orçamento familiar é uma importante tarefa na gestão das finanças pessoais, pois permite controlar melhor o dinheiro e planejar o futuro com segurança e confiança. O primeiro passo é identificar todos os rendimentos e todas as despesas. Esta tarefa consiste em calcular quanto se ganha e quanto se gasta. Este exercício permite determinar o saldo entre rendimentos e despesas. (PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA, 2017).

Previamente é importante perceber que organizar as finanças familiares vai além de anotar todas as despesas e gastos. Isso é fundamental, mas deve ser feito em conjunto com muito planejamento, controle e delegação de prioridades. E tudo isso fica muito mais fácil atualmente com o grande número de ferramentas ofertadas que estão disponíveis para auxiliar, desde planilhas simples até aplicativos para smartphone que ajudam no controle dos gastos. (MOBILLS EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2017)

4.1 Identificação e planejamento financeiro familiar

A primeira etapa para formular o orçamento familiar é a identificação sistemática de todos os rendimentos e despesas. Os rendimentos nada mais são do

que o dinheiro que se recebe e as despesas aos pagamentos que há para realizar. Ao subtrair as despesas aos rendimentos obtém-se o saldo com a situação financeira.

A esse respeito, Bonilla e Figueiredo (2002, p. 48) declaram:

“O planejamento financeiro familiar é como uma radiografia ou um eco cardiograma, ou ainda uma simples análise de sangue: eles demandam algum tempo e produzem alguns incômodos, mas nos mostram claramente que medicação precisamos para tratar de nossa doença (falta de dinheiro). Todo planejamento financeiro bem feito não é rígido e sim flexível, apenas precisa-se estar atento, colher as informações necessárias e adicionar uma pitada de bom senso”.

Discorrendo ainda sobre o tema, Bonilla e Figueiredo (2002, p. 49) destacam:

“O mais importante é saber que o orçamento pessoal só tem sentido para o mês que ainda não começou, de modo que você tenha tempo e alternativa para alterar a sua vida financeira. Não adianta somente fazer a contabilidade dos gastos já realizados, ou seja, listar tudo o que gastou no mês e somar; você terá controle apenas do que já foi. Entretanto, esse controle só será útil para a montagem do planejamento de gastos futuros, com a finalidade de evitar as despesas desnecessárias, ou seja, decidir, antecipadamente, como e quanto será gasto de seu dinheiro com cada item do seu o orçamento financeiro pessoal. Para que você possa administrar bem o seu orçamento, é necessário que as suas necessidades sejam menores do que a sua renda, ou então você caíra na armadilha de sempre ter que produzir receitas para atender as suas necessidades, reais ou supérfluas, o que raramente é possível”.

A primeira fase do planejamento consiste em diagnosticar, compreendendo aonde esta cada gasto familiar. A finalidade dessa fase é fazer uma análise da atual situação financeira da família, identificando os seus gastos, hábitos de consumo, suas necessidades e possibilidades financeiras. (BONILLA; FIGUEIREDO 2002)

O Plano Familiar de Formação Financeira (2017) salienta sobre a identificação dos rendimentos e das despesas, manifestando que os rendimentos dependem da situação laboral dos membros do agregado familiar e do seu património. Para os trabalhadores por conta de outrem, o salário é certamente a componente mais importante do rendimento. Os trabalhadores empregados podem também receber prémios ou bónus anuais. Já sobre a realização do orçamento familiar, o Plano Familiar de Formação Financeira (2017), declara que as despesas devem ser todas identificadas, independentemente da sua natureza, pois há vários tipos de despesas:

“Há um conjunto de despesas que se podem considerar fixas porque têm de ser sempre realizadas, embora o seu montante se possa alterar ao longo

do tempo. É o caso dos encargos com o pagamento das prestações dos empréstimos que tenham sido contraídos, como o do crédito à habitação. Em contrapartida, há despesas que podem ser alteradas. Se necessário podem ser reduzidas. Algumas podem mesmo ser eliminadas, embora a maior parte delas tenha sempre de ser feita, pelo menos até um determinado montante, como é o caso das despesas com alimentação, água, gás e eletricidade. Este tipo de despesas designa-se de despesas variáveis, porque resultam de escolhas feitas pelo agregado familiar. Os encargos com estas despesas dependem de diversos fatores, como sejam a dimensão do agregado familiar e as preferências individuais e familiares. O peso de cada tipo de despesa no orçamento familiar é relevante. Um peso elevado de despesas fixas significa que grande parte do rendimento se destina ao pagamento de encargos que, no curto prazo, são difíceis de ajustar porque se encontram fora da margem de decisão dos membros do agregado familiar. Quanto maior for o peso das despesas fixas no total das despesas mais difícil se torna a uma família ajustar o seu orçamento a uma eventual queda inesperada do rendimento, devido, por exemplo, a uma situação de desemprego". (PLANO FAMILIAR DE FORMAÇÃO FINANCEIRA, 2017).

De acordo com Bonilla e Figueiredo (2002, p. 50-51) o diagnóstico se inicia detalhando as fontes e o valor das receitas, assim como as respectivas despesas, esboçando assim o Orçamento Planejado. Vejamos a seguir, como o mesmo detalha, separadamente, cada um dos objetos de diagnóstico:

- Receitas

a) O valor da receita a ser inserido deve ser o valor líquido, já com os descontos realizados pelo responsável por seu pagamento.

b) Se a receita é variável, anote a sua média de ganhos mensais.

c) Anote todas as suas fontes de receitas.

- Despesas

a) Despesas individuais

b) Despesas com Imóveis de Residência

c) Despesas com Imóveis de Lazer

d) Despesas com veículos

e) Despesas com animais de estimação

f) Outras despesas

De uma forma perspicaz, Bonilla e Figueiredo (2002, p. 51) utilizam-se da separação das despesas frequentes (que poderíamos denominá-la como despesas fixas) e despesas eventuais (que poderíamos também denominá-la como despesas

variáveis). A seguir, observa-se a explanação de cada uma das despesas citadas acima:

- Despesas frequentes: São normalmente realizadas uma ou várias vezes ao mês como, por exemplo, as despesas com telefone, luz, aluguel, água e etc. É importante identificar o valor unitário da despesa e a sua frequência no mês.
- Despesas eventuais: São as que não ocorrem todo mês. Por exemplo, a anuidade do cartão de crédito, a assinatura de uma revista ou de uma tevê por assinatura ou o IPVA de seu automóvel. Nesse caso, é necessário levantar o total do valor da despesa e dividir pelo número de meses que faltam até a sua ocorrência, calculando assim o peso do item no seu orçamento mensal.

A segunda fase do planejamento consiste em determinar a situação financeira da família e de delinear as suas preferências

Muitos brasileiros têm por hábito, de uma maneira intrínseca, gastar além daquilo que recebe e também de gastar primeiro para depois ver como vão pagar. Eis que por meio dessa linha de raciocínio é que se inicia o endividamento. O planejamento não permite que situações como esta ocorram, pois cada um saberá de seu limite gasto para cada tipo de consumo.

Antes de consumir, analise bem o seu orçamento disponível. É importantíssimo saber separar o que é importante e realmente necessário, do supérfluo. Diferencie bem o que é essencial do que é apenas um desejo que pode impedir a realização de um sonho no longo prazo. (MOBILLS EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2017).

Analisando as definições fornecidas, em virtude dos fatos mencionados, uma vez identificado as despesas e os rendimentos, é possível calcular o rendimento líquido do agregado familiar, ou seja, a diferença entre as despesas e os rendimentos. É permitido, assim, estabelecer a situação financeira da família (PLANO FAMILIAR DE FORMAÇÃO FINANCEIRA, 2017). Adicionando mais informações aos elementos citados acima, o Plano Familiar de Formação Financeira aponta que:

“É importante identificar claramente os rendimentos certos e os rendimentos incertos. Há também que considerar os vários tipos de despesas. A identificação dos diversos tipos de rendimentos e despesas constitui o ponto de partida para a elaboração do orçamento. A elaboração do orçamento é um exercício que pode ter de ser feito por etapas. Poderá ser necessário ajustar

as despesas, caso se obtenha um saldo negativo, ou seja, um montante mais elevado com despesas do que o rendimento que se espera receber. Mesmo que este saldo seja positivo, pode ser importante prever um valor mais elevado para reduzir riscos com despesas inesperadas ou para se revir os objetivos definidos para a poupança. Por de lado um montante para a poupança deve ser um objetivo sempre presente, isto é, a poupança deve ser considerada como se fosse uma espécie de “despesa”.

A terceira fase do planejamento é a execução, conforme Bonilla e Figueiredo (2002, p. 57) apresentam:

“De posse do planejamento traçado no seu Orçamento Planejado, seu objetivo agora é gastar dentro do orçamento traçado. O valor de cada despesa do seu grupo de contas está definido. Faça o possível e o impossível para não fugir do Orçamento Planejado. Continue a anotar todas as suas despesas, como foi feito durante [...] no fim do período planejado você deverá comparar os gastos efetuados com o valor definido no seu orçamento [...] essa comparação é muito importante para que você saiba onde está obtendo resultados negativos e positivos. A análise lhe permite estabelecer onde corrigir. Faça os ajustes necessários e siga o Orçamento Planejado nos meses subsequentes até que você tenha completo controle de suas finanças”.

Tendo em vista todos os aspectos observados, o orçamento deve ser realizado com regularidade, para garantir que o rendimento, as despesas e a acumulação de poupança estão evoluindo de acordo com o planejado.

E- 5 FINANÇAS PESSOAIS, CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRO PESSOAL

Contabilidade pessoal é controle do patrimônio de pessoas físicas e a organização. É o registro das operações financeiras realizadas por uma pessoa física e que serve de informação para o controle e gestão das finanças pessoais. Essas operações envolvem as obrigações contraídas, o registro das aquisições de bens e direitos, como todas as transações econômicas e financeiras de uma pessoa. Os bens e direitos são chamados “ativos”, enquanto que as obrigações chamam-se “passivos”. (MAICON, 2005)

A esse respeito, Montoto (2015) declara:

“A Contabilidade é uma ciência social que estuda o Patrimônio de uma sociedade econômico-administrativa, pessoa física ou jurídica, com o objetivo de obter registros classificados e sintetizados dos fenômenos que afetam a sua situação patrimonial e financeira”.

Tendo em vista os aspectos observados, Montoto (2015) faz a seguinte analogia entre a Contabilidade Pessoal (ou familiar) com a Contabilidade nas empresas:

“Em nossa vida pessoal, fazemos contabilidade naturalmente. Preocupamo-nos com o controle de nosso Patrimônio e sempre estamos apurando o nosso resultado [...] Em nosso cotidiano, sempre há preocupação com as despesas e rendas pessoais e familiares. Nosso objetivo é saber se a cada mês conseguiremos superar as despesas com as rendas. Isso é apurar o resultado. Caso não tenhamos conseguido, teremos que recorrer à poupança, ao endividamento ou a renegociações para quitar as despesas excedentes”.

A fim de compreender como esses elementos da Contabilidade Pessoal podem estar relacionados com o Planejamento Financeiro Pessoal, Frankenberg (1999, p.31) indica que:

“Planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazos, e não tarefa simples atingi-la [...] por causa dos inúmeros imprevistos e incertezas da vida e por tantos outros fatores que concorrem para que, ao final da caminhada, apenas pouquíssimos indivíduos tenham conseguido alcançar o objetivo supremo: a completa tranquilidade econômico-financeira. Entretanto, quando as pessoas são muito conscientes e determinadas, fica mais fácil para elas planejar e seguir uma certa conduta, que amplia bastante suas probabilidades de concretizar este sonho”.

5.1 A importância da Contabilidade Pessoal

Segundo Mariga e Locatelli (2015) pesquisas recentes relatam que no mundo amplamente em progresso de globalização e tecnológico no qual nos encontramos em pleno século XXI, o controle entre receita e despesas na vida pessoal, tornou-se indispensável.

Ainda de acordo com Mariga e Locatelli (2015), a contabilidade pessoal está sendo empregada com métodos muito mais quantitativos que possam apresentar o real comprometimento das pessoas para a tomada de decisões. Ela auxilia para que todos possam se basear em seus possíveis investimentos, aquisições de bens móveis ou imóveis, poupanças e aplicações, enfim, todos os métodos de bens e direitos. Esses são conhecidos como ativo. Em contra partida, existe o passivo, no qual são apresentadas as obrigações, é tudo o que tem a ser pago, desde duplicatas a pagar, impostos entre outros. Já o patrimônio líquido é a diferença entre o ativo

menos o passivo e seu resultado final é conhecido como lucro ou prejuízo. (DA SILVA, 2007, P.18).

5.2 Demonstrações Contábeis utilizadas na Gestão Pessoal

As demonstrações contábeis são relatórios emitidos por entidades sem fins lucrativos, entidades empresariais, como também pelo governo. As sociedades devem fazer no fim de cada exercício social as demonstrações contábeis. Registradas nos órgãos competentes devem estar à disposição do fisco sempre que solicitado. (MAICON, 2005)

Em conformidade com o dito acima, Montoto (2015) declara que as demonstrações contábeis são os relatórios resumidos de tudo o que ocorreu no universo contábil. São resumos de todos os fatos contábeis. Montoto (2015) cita de acordo com o artigo 176, de BRASIL (1976):

“Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: Balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração das origens e aplicações de recursos”.

De acordo com Maicon (2005), mesmo não sendo obrigatório por lei, a elaboração de demonstrações contábeis utilizadas no gerenciamento das finanças pessoais é extremamente eficiente. Devem ser confeccionadas de forma clara e de fácil compreensão, de acordo com cada pessoa. Maicon (2005) exemplifica que os relatórios contábeis devem ser demonstrados em valores monetários com:

- a relação do patrimônio bruto da pessoa física: veículos, imóveis, aplicações financeiras, empréstimos concedidos, saldos bancários, contas a receber, etc.;
- as dívidas e obrigações contraídas no patrimônio pessoal, como: gastos fixos e variáveis, financiamentos, tributos incidente sobre os rendimentos e propriedades, contas a pagar, empréstimos contraídos, etc.;
- a situação líquida, ou seja, diferença entre os ativos e passivos;
- os recebimentos ganhos pela pessoa física: pró-labores, rendimentos de aplicações financeiras, salários, aluguéis recebidos, ganhos de capital, etc.;
- a relação de gastos incorridos num determinado período;
- as origens e aplicações de recursos efetuados pelas pessoas físicas.

F- 6 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem por objetivo demonstrar a situação financeira e patrimonial da entidade em determinado período, e é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido(PL). De acordo com Marion (2006) a estrutura do balanço patrimonial é a seguinte

Quadro 1- Estrutura básica do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: MARION, 2006. p 42.

Para Maicon (2005), “o balanço patrimonial é a representação da situação patrimonial, financeira e econômica do patrimônio de um ente ou entidade. Registra o valor dos bens, direitos e obrigações, como também, a situação líquida do mesmo num determinado período”.

Montoto (2015) exemplifica no quadro 02 abaixo, uma maneira muito simplificada de como seria o Balanço Patrimonial Familiar que também pode ser pessoal:

Quadro 2- Balanço Patrimonial referente ao Patrimônio da família

BALANÇO PATRIMONIAL			
Dinheiro em espécie	2000	Financiamento de veículo pelo Banco ABC	20.000
Dinheiro no banco	18.000		
Aplicações na Poupança	30.000	Financiamento da residência pela Caixa	120.000
Empréstimos a parentes	20.000		
Veículos	40.000	Carnês diversos de compras de móveis e utensílios	25.000
Residência	200.000		
Moveis e Utensílios	50.000		5.000
Joias	5.000	Financiamento da Joalheira	

		Total das obrigações	170.000
Total dos bens e direitos	365.000	Capital Próprio	195.000
Total do Ativo	365.000	Total do Passivo	365.000

Fonte: Contabilidade Geral e Avançada (2015)

Tratando-se sobre a gestão patrimonial pessoal, Maicon (2005) declara que:

“O ativo ou patrimônio bruto, representam as aplicações de recursos efetuadas pela pessoa física em bens duráveis (veículos, imóveis, aparelhos, eletrodomésticos, etc), e investimentos em aplicações financeiras (ações, títulos públicos, cadernetas de poupança, etc), como também suas disponibilidades (dinheiro, contas bancárias, valores a receber, etc). No passivo as exigibilidades e obrigações, representam as dívidas contraídas no patrimônio pessoal. Estas indicam a captação de recursos com terceiros, como empréstimos e financiamentos para capital de giro (quitação de dívidas) e aquisição de bens duráveis. Também demonstram os gastos fixos e variáveis mensais com bens de consumo, investimentos intelectuais e tributos incidentes sobre os rendimentos e propriedades das pessoas físicas. A diferença entre as posses de uma pessoa menos o que ela deve, representa o patrimônio líquido ou situação líquida desta num determinado período”.

Complementando o raciocínio e observando aspectos do cotidiano, Maicon (2005) destaca que:

“É importante ressaltar que no momento da aquisição de alguns bens, os mesmos podem acarretar certos gastos de manutenção, diminuindo com isso, o resultado financeiro num determinado período. Por esse motivo é interessante saber mensurar as necessidades e desejos envolvidos e se realmente é relevante considerando o retorno financeiro e pessoal esperado. Procurar investir em ativos que gerem retorno financeiro, para que o patrimônio trabalhe para a pessoa e não o contrário é uma boa técnica para buscar o crescimento do patrimônio pessoal”.

G- 7 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício é uma apresentação, de forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, que são demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período (IUDICIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2000, p. 290).

Nas finanças pessoais este relatório aponta em valores monetários, todos os gastos fixos e rendimentos, financeiros e variáveis envolvidos. Os rendimentos são todos os recebimentos ganhos pela pessoa física como: pró-labores, aluguéis recebidos, ganhos de capital, salários, rendimentos de aplicações financeiras, etc.,

Os gastos, sendo subdivididos em variáveis, fixos e financeiros, são todos os pagamentos, salvo aqueles aplicados em investimentos e imobilizados como: investimentos culturais, educação e intelectuais, vestuário, energia elétrica, lazer, alimentação, transporte, água e esgoto, internet, telefone, manutenção de bens duráveis, etc. É também na demonstração do resultado do exercício que está expresso o valor do resultado positivo ou negativo em um determinado período. (MAICON, 2005)

Ainda de acordo com Maicon (2005):

“Através desta demonstração a pessoa física consegue obter informações sobre lucratividade, ou seja, saber quanto representa em percentuais, o valor do lucro/prejuízo ou sobra/perda em relação ao que foi recebido. E também o quanto representa, percentualmente e individualmente, os gastos incorridos em relação aos seus recebimentos num determinado período. Esta informação pode ser útil na busca da redução de determinado gasto”.

H- 8 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Apesar de não ser exigido por lei, a Demonstração do Fluxo de Caixa é muito importante para o controle financeiro de uma empresa. A Demonstração do Fluxo de Caixa controla de forma detalhada a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa ou Conta de Movimento do Banco, assim como o destino de todos o que sai e também o resultado deste fluxo. Com a Demonstração do Fluxo de Caixa, o gerente financeiro esclarece certas situações divergentes que ocorrem na empresa, como, ao comparar com a Demonstração do Resultado do Exercício, saber o motivo de mesmo o Caixa estando baixo, a empresa alcançou um lucro relevante e não foi capaz de liquidar todas as suas obrigações, ou o motivo que a empresa teve prejuízo no exercício, mesmo que o Caixa tenha aumentado. (SOARES, VIEIRA, FARIA, FREIRE 2007, p. 16-17).

Todavia, Maicon (2005) cita que a Demonstração do Fluxo de Caixa é um relatório que ainda não é abrangido pela lei das S/A (IUDICIBUS, MARTINS. GELBCKE, 2000, p. 29). Não sendo obrigatório a elaboração deste pelas entidades. Mas, entretanto, Maicon (2005) ainda declara que:

“Esta demonstração é indispensável no controle e gestão de qualquer organização e deve ser obrigatoriamente utilizada. Nas finanças pessoais não é diferente, e para uma boa gestão do patrimônio pessoal é necessário à utilização desta ferramenta. É na demonstração de fluxo de caixa, que são apresentados todos os recebimentos e pagamentos efetuados em um determinado período, ou seja, é o controle de toda a entrada e saída de dinheiro do patrimônio pessoal”.

I- 9 GASTOS NAS FINANÇAS PESSOAIS

Segundo Maicon (2005), “na contabilidade a despesa e o custo possuem características distintas. Ao mesmo tempo em que a despesa é o gasto realizado com a finalidade de gerar recursos, custos são os gastos envolvidos na produção de outros bens e/ou serviços”.

De acordo com MARTINS (2001, apud Maicon, 2005, p. 26), “despesa é o bem ou serviço consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas, e o custo é o gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços”. Ainda de acordo com Maicon (2005), na gestão pessoal, o conceito de despesa e custo não são apropriados para referenciar a saída de dinheiro, considerando que não há desembolso de recursos para a obtenção de receita e não há a produção de bens e serviços, sendo o rendimento proveniente do trabalho da própria pessoa ou de alguma forma de investimento por ela aplicada [...] será chamado de “gasto”, todo o pagamento realizado por uma pessoa, salvo na aquisição de ativos, e amortização de financiamentos e empréstimos do passivo. Esses gastos podem ser fixos, variáveis e financeiros.

9.1 Gastos fixos e variáveis

Conforme Maicon (2005), os gastos fixos são permanentes, sendo relacionados a pagamentos de bens e serviços relacionados às necessidades básicas de uma pessoa e indispensáveis no seu dia a dia. Geralmente são permanentes e, todos os meses, estes gastos são efetuados. A maior parte deles é comum a todas as pessoas, nada obstante, os gastos variam de acordo com a necessidade de cada um. Esses gastos podem desaparecer em determinado momento, dependendo da situação. Os gastos variáveis normalmente envolvem serviços e bens relacionados ao conforto, bem estar, lazer e etc. Frequentemente estes pagamentos não são constantes, ou seja, não sendo pagos esporadicamente, todavia alguns são pagos mensalmente.

9.2 Gastos financeiros

De acordo com Maicon (2005) os gastos financeiros representam todos os pagamentos efetuados pela pessoa física relacionados com operações financeiras

como: IOF, juros de empréstimos, tarifas bancárias, CPMF, financiamentos, juros do cheque especial, etc.

J- 10 INVESTIMENTOS NAS FINANÇAS PESSOAIS

Segundo Montoto (2015), investimento é o gasto em um bem ou serviço que poderá ser ativado para o uso e que contribuirá para produzir resultado em mais de um exercício. De acordo com MARTINS (2001, apud Maicon, 2005, p. 28-29) “investimento é o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos.” Ainda de acordo com Maicon (2005), são apresentados no balanço pessoal:

“Como ativos e representam, juntamente com o imobilizado, e as disponibilidades, o patrimônio bruto pessoal. Os investimentos intelectuais, em educação como: faculdade, pós-graduação, mestrado, doutorado, curso de idiomas, cursos de informática, cursos profissionalizantes, entre outros, são contabilizados como gastos fixos e não aparecem no balanço pessoal, devido à dificuldade em mensurar tais valores”.

K- 11 CONCLUSÃO

Neste presente trabalho, com o tema “A Contabilidade no planejamento das finanças pessoais”, levantamos temas que possuem interdisciplinaridade e que, conseqüentemente, agregam enorme valor ao estudo da Contabilidade.

Buscamos aplicar o contexto histórico a fim de adentrar profundamente no conteúdo intrínseco que cerca este tema. A intenção era de entender os porquês que giram em torno de um problema sociocultural que vem causando muitas dificuldades, principalmente para aqueles que são leigos de qualquer assunto.

Abordamos o tema ponto a ponto para que todos possam entender de forma simples e clara, como fazer o seu planejamento financeiro pessoal. Cumprimos todos os objetivos propostos com o auxílio de diversos autores que acrescentaram muito conhecimento ao nosso tema.

Este trabalho foi de suma importância, pois podemos conhecer mais um tema sobre a Contabilidade que não é abordado de forma direta em sala de aula. Além de ter nos propiciado desenvolver mais uma área de conhecimento, foi nos permitido desenvolver e aperfeiçoar aquelas que já possuímos entendimento.

L- REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira - gestão de finanças pessoais.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

CASTILHO, José Antônio Bonilla; FIGUEIREDO, Cássia Lisieux. **Educação para a vida: Qualidade na administração das finanças familiares.** Belo Horizonte: Desconhecido, 2002. 125 p.

CONTABILIDADE, Só **História da Contabilidade.** Disponível em: <http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/historia_contabilidade.php> acesso em 27 de abril de 2017.

DINHEIRO.ME. **Planilha de orçamento familiar Excel grátis.** Disponível em: <<http://dinheiro.me/planilha-de-orcamento-familiar-excel-gratis/>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: Você é o maior responsável.** 13 eds. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 417 p.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços: Análise de Liquidez e o Endividamento.** Análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial: Atualizado conforme o novo Código Civil.** 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Elizeu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável a demais sociedades.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JUNIOR, José Hernandez Perez; BEGALLI, Glauco Antônio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1998

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade.** 5 ed. São Paulo, Atlas: 1999.

[HTTP://SINESCONTABIL.COM.BR.](http://sinescontabil.com.br) **Balço patrimonial, dre e dfc: demonstrações obrigatórias e a utilização administrativa.** Disponível em: <http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/dagmar_da_cruz_soares_sergio_alves_vieira.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

[HTTPS://REPOSITORIO.UFSC.BR](https://repositorio.ufsc.br). **Manual de finanças pessoais**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/124943/contabeis294292.pdf?sequence=1&isallowed=y>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MARION, Carlos José. **Contabilidade Empresarial**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas: 2003. 9 Ed.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanço**: Abordagem básica e Gerencial. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOBILLS EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Mobills educação financeira**. Disponível em: <mobills>. Acesso em: 18 abr. 2017.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral e avançada**. 4 eds. São Paulo: Saraiva, 2015. 1076 p.

PADOVEZE, Luís Clóvis. **Manual de Contabilidade Básica**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2016. Páginas 15 à 17; Capítulo 1.